

PROTEÇÃO SOCIAL:

notas críticas sobre a interface entre Estado e família na contemporaneidade

Robson Roberto da Silva*

Tatiana Maria Araújo da Fonseca**

RESUMO

Este trabalho se propõe a apresentar uma discussão teórico-crítica sobre a interface entre Estado e família no campo da proteção social. Parte do princípio de que as mudanças no mundo trabalho, como, por exemplo: processo de flexibilização, precarização e desemprego estrutural, vêm contribuindo para o fenômeno da *desagregação* das relações familiares, que, por sua vez, exige uma intervenção mais ampla e eficaz do Estado, que nem sempre a faz e que, muitas das vezes, acaba responsabilizando as famílias por problemas sociais que só podem ser resolvidos no campo da esfera pública.

Palavras-Chave: proteção social, família, Estado.

ABSTRACT

This work if considers to present a theoretician-critical quarrel on the interface between State and family in the field of the social protection. Part of the principle of that the changes in the world work, as, for example: and structural unemployment, come contributing for the phenomenon of the disaggregation of the familiar relations, that, in turn, demands a ampler and efficient intervention of the State, that nor always makes it and that, many of the times, finish making responsible the families for social problems that only can be decided in the field of the public sphere.

Key-words: social protection, family, State.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a apresentar uma discussão teórico-crítica sobre a interface entre Estado e família no campo da proteção social. A formação dos sistemas de proteção social tem origem nas necessidades das sociedades de impedir ou diminuir o impacto de determinados riscos sobre os indivíduos e grupos sociais. Tais riscos, muito relacionados à doença, velhice, infância, invalidez, desemprego, etc., embora estivessem associados, nas sociedades tradicionais, a fatores naturais e/ou ambientais, são oriundos, quase sempre, de fatores políticos, sociais ou culturais (GIROTTI 2000 *apud* VIANA e LEVCOVITZ, 2005).

O esforço de compreender a origem desses riscos e a dependência que eles geram, como fez Girotti (2000 *apud* VIANA e LEVCOVITZ, 2005), no que tange aos

*Assistente Social, Mestrando em Política Social pela Escola de Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense – UFF.

**Assistente Social, Mestranda em Política Social pela Escola de Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense – UFF.

indivíduos e aos grupos sociais, são pontos importantes que orientam as sistematizações de alguns conceitos sobre proteção social.

Viana e Levcovitz (2005), por exemplo, partindo deste entendimento da origem dos riscos sociais e da dependência que eles geram, apontam que a proteção social consiste: *“na ação coletiva de proteger indivíduos contra os riscos inerentes à vida humana e/ou assistir necessidades geradas em diferentes momentos históricos e relacionadas com múltiplas situações de dependência”* (VIANA e LEVCOVITZ, 2005, p. 17).

Maurizio Ferreira (1993 *apud* VIANA e LEVCOVITZ, 2005) e Castel (2005), por sua vez, apresentam seus conceitos sobre sistemas de proteção social baseando-se não somente nessa premissa, mas, sobretudo, no que se refere aos atores públicos e privados que prestam essa ação coletiva.

Especificamente, Maurizio Ferreira (1993 *apud* VIANA e LEVCOVITZ, 2005), utilizando-se da noção de solidariedade para definir essa ação, que pode abranger tanto a noção de cidadania social, como, também, se restringir às categorias ocupacionais ou ao âmbito familiar e local, aponta a existência de dois conceitos sobre sistemas de proteção social: o primeiro, que denomina como velho trata-se de um sistema que mobilizava a família, a comunidade e as associações filantrópicas e religiosas e que se pode dizer que era tido como próprio das sociedades mais tradicionais; e o segundo, que denomina como novo, trata-se de um sistema próprio das sociedades modernas e que começou a vigorar a partir do final do século XIX e início do século XX quando as categorias profissionais e o Estado passaram a intervir no campo social.

Já Castel (2005), utilizando-se da noção de sociabilidade de Alain Caillé, conceitua os sistemas de proteção social a partir da distinção entre sociabilidade primária (ações realizadas pela família, pela vizinha e grupo de trabalho) e sociabilidade secundária (ações realizadas pelo Estado), que, respectivamente, estão associadas a uma esfera privada e a uma pública e que são indissociáveis ou, então, estão muito entrelaçadas.

O entrelaçamento dessas duas esferas é de fundamental importância para entender a interface entre Estado e famílias, no campo da proteção social, tendo em vista que as mudanças no mundo trabalho, como, por exemplo: processo de flexibilização, precarização e desemprego estrutural, vêm contribuindo para uma situação de *desagregação* ou, conforme aponta Castel (2005), para o da *desfiliação* das relações familiares, que, por sua vez, vem exigindo uma intervenção mais ampla e eficaz do Estado, que nem sempre a faz e que, muitas das vezes, acaba responsabilizando as famílias por problemas sociais que só podem ser resolvidos no campo da esfera pública.

2 FAMÍLIAS, ESTADO E PROTEÇÃO SOCIAL

A família é uma instituição social que se altera de acordo com as transformações históricas de cada sociedade, estando atravessada por relações de poder e dominação tais como as demais instituições sociais. A família vem sendo considerada como um espaço privilegiado de atenção das políticas públicas. Conforme Kaloustian (1998) é a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal e é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais.

As formas de sociabilidade existentes entre os integrantes da família organizam-se por relações estruturalmente complementares, porém de natureza distinta. A divisão sexual e etária do trabalho é um princípio fundamental que delimita posições e papéis diferenciados de acordo com o gênero e a idade dos componentes da unidade doméstica. No Brasil, especificamente, as sociabilidades sociofamiliares e as redes de solidariedade foram e são, para as camadas populares, a sua condição de resistência e sobrevivência. A família alargada, o grupo de conterrâneos, por exemplo, são possibilidades de maximização de rendimentos, apoios, afetos e relações para obter emprego, moradia, saúde.

A família, enquanto forma específica de agregação tem uma dinâmica de vida própria, afetada pelo processo de desenvolvimento sócio-econômico e pelo impacto da ação do Estado através de suas políticas econômicas e sociais. Por esta razão, ela demanda políticas e programas próprios, que dêem conta de suas especificidades, quais sejam, a divisão sexual do trabalho, o trabalho produtivo, improdutivo e reprodutivo, a família enquanto unidade de renda e consumo e forma de prestação de serviços em seu espaço peculiar que é o doméstico.

Há no desenho da política social contemporânea um particular acento nas microssolidariedades e sociabilidades sociofamiliares pela sua potencial condição de assegurar proteção e inclusão social. Sob esta ótica, Kaloustian (1998) afirma que a família, em meio a discussões sobre a sua *desagregação* ou enfraquecimento, está presente e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância e de lugar inicial para o exercício da cidadania. Tal *desagregação* das relações familiares está muito relacionada, conforme aponta Almeida (2005), às mudanças no mundo do trabalho que atinge famílias inteiras pelo desemprego estrutural.

Na atual conjuntura, onde existe essa *desagregação* crescente das relações familiares, o Estado mais do que nunca tende a se desobrigar da reprodução social e a

transferir quase que exclusivamente para as famílias responsabilidades que, em nome da solidariedade, da descentralização ou parceria, as sobrecarregam.

Isto é, por detrás de uma criança, que está inserida em uma relação de trabalho precoce urbano ou rural, existe uma responsabilização da família sobre essa situação, que não é assistida ou, quando é, a política social implementada é inadequada, pois não corresponde às suas necessidades e demandas para oferecer o suporte básico para que a família cumpra, de forma integral, suas funções enquanto principal agente de socialização dos seus membros, crianças e adolescentes principalmente.

De acordo com Guimarães e Almeida (2005), sem política social que corresponda às suas necessidades, essas famílias estão diante do desafio de enfrentar carências materiais e financeiras. A esses desafios somam-se episódios cotidianos de violência urbana, originada pelos grupos do narcotráfico e do crime organizado, compondo um quadro de acúmulo e potencialização da violência familiar. Em outras palavras, as famílias pobres são o microcosmo da contradição social e o paiol de conflitos que, no mais das vezes, eclodem em múltiplas formas de violências. Contraditoriamente, descrevem uma epopéia hercúlea e solitária contra a enorme pressão social e econômica que joga a favor de seu estilhaçamento e da eliminação física de seus membros.

3 CONCLUSÃO

Entretanto, embora exista esse quadro nefasto que atinge grande parte das famílias do mundo, como tão bem aponta Guimarães e Almeida (2005), pode-se concluir este trabalho com uma questão que traz um certo animo para os estudiosos e profissionais que buscam promover uma melhoria de qualidade de vida dessas famílias. Tal questão refere-se aos estudos mais recentes no campo da exclusão social, que começaram a trazer para a cena do conhecimento e da intervenção nas situações de pobreza e exclusão das famílias um elemento antes ausente, tido como coadjuvante, inexpressivo e ineficaz: o trabalho social com famílias.

O trabalho social com famílias, mesmo sendo pouco implementado pelas diferentes esferas governamentais, no que se refere ao caso brasileiro, vem prestando atenções diversificadas às famílias que se complementam mutuamente com o acolhimento e a escuta humanizada da queixa ofertada nos serviços públicos; a implantação de uma rede de serviços de apoio psicossocial, cultural e jurídico à família; e a implementação de programas de complementação/transferência de renda/monetária.

Os estudos que orientam esse tipo de trabalho social com famílias vão de encontro ao que Carvalho (2005) aponta, quando este diz que o exercício vital das famílias,

de certa forma, é um pouco semelhante às funções das políticas sociais, ou seja, ambas visam dar conta de reprodução e da proteção social dos grupos que estão sob sua tutela. É claro que, se, nas comunidades tradicionais, a família se ocupava quase exclusivamente dessas funções, nas comunidades contemporâneas, elas são compartilhadas com o Estado pela via das políticas públicas.

Porém, o compartilhamento dessas funções é um processo que coloca alguns desafios para ambas instituições (Estado e família), que precisam ser superados, como, por exemplo, a questão da partilha de responsabilidades na proteção social, justificada pela pobreza persistente, por desemprego, envelhecimento populacional; a questão da partilha de responsabilidade formativa, que se deve à exacerbação do individualismo, à perda de valores, a menor eficácia dos educadores institucionais na socialização de crianças e adolescentes; o descrédito e o descarte de soluções institucionalizadas de proteção social (internatos, manicômios, orfanatos, etc.) (CARVALHO, 2005).

A superação desses desafios acredita-se que é de extrema importância na contemporaneidade, uma vez que se reconhece que a proteção social compõe-se de ações públicas e privadas de atendimento às necessidades dos indivíduos e grupos sociais que vivenciam distintas situações de carências. Entretanto, certas carências, vale salientar, só são supridas ou atendidas através de ações no campo da proteção social secundária, ou seja, pelo Estado, e não através de ações que dizem respeito à proteção social primária, isto é, ações sociais realizadas por grupos familiares e comunitários.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M.C. B. Famílias e Políticas Públicas. In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. S. (Org.). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez e IEE: PUC SP, 2005.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma Crônica do Salário**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GUIMARÃES, R.F. e ALMEIDA, S.C.G. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. S. (Org.). **Família: redes, laços e Políticas públicas**. São Paulo: Cortez e IEE: PUC SP, 2005.

KALOUSTIAN, M. (org.). **Família brasileira a base de tudo**. Unicef - Cortez: Brasília-São Paulo, 1998.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila e LEVCOVITZ, Eduardo. **Proteção Social: introduzindo o debate**. In: VIANA, A. L. d'Ávila; ELIAS, Eduardo M. e IBÁÑEZ, Nelson (org.). *Proteção Social: Dilemas e Desafios*. SP: Hucitec, 2005.